



ARGENTINA

Presente de fim de ano

Javier Milei assina decreto para não renovar os contratos de 7 mil funcionários públicos iniciados em 2023. Sindicato de trabalhadores estatais ameaça greve geral e apresenta denúncia criminal contra o presidente

» RODRIGO CRAVEIRO

Alejandro Pagni/AFP

O presidente ultraliberal Javier Milei pretende enxugar a máquina do Estado com medidas via decreto



Em uma das medidas para reduzir a máquina do Estado e atingir o equivalente a 5% do Produto Interno Bruto (PIB), o presidente ultralibertário Javier Milei firmou Decreto de Necessidade e Urgência (DNU) para pôr fim a 7 mil contratos de funcionários públicos iniciados neste ano. Os acordos de trabalho expirariam em 31 de dezembro e não serão renovados. Ante a demissão em massa, a Asociación Trabajadores del Estado (ATE), o sindicato que representa os interesses do funcionalismo público na Argentina, anunciou protestos em todo o país, hoje e amanhã, e não descarta uma greve geral.

"Estamos ante a presença da maior fraude trabalhista da história da administração pública na Argentina", desabafou ao **Correio**, por telefone, Rodolfo Aguiar, secretário-geral da ATE, pouco antes de uma audiência no Senado da República. "Não apenas pela demissão de 7 mil trabalhadores e trabalhadoras, mas também pela decisão de revisar os contratos de mais de 60 mil funcionários públicos, renovando os seus vínculos por apenas 90 dias."

De acordo com Aguiar, não há antecedentes de medida semelhante em 40 anos de democracia. "É uma agressão e um ataque tão grave aos direitos trabalhistas em nosso país. Por isso, decidimos sair às ruas neste 27 de dezembro e nos mobilizar em toda a Argentina, não apenas na capital federal. Faremos protestos nas 24 províncias", explicou. "Paralelamente, decidimos apresentar uma denúncia criminal contra o presidente Javier Milei. Entendemos que se configuram os delitos de abuso de autoridade, usurpação de poder e traição à Pátria. Queremos que a Justiça investigue as condutas do presidente e de todas as pessoas envolvidas no DNU configurando esses delitos compreendidos no Código Penal Argentino."

O líder da ATE ressalta que ninguém pode pretender ter faculdades extraordinárias, nem a soma dos poderes públicos — isso, segundo ele, vale inclusiva para o presidente da República. "Com esse DNU, o que Milei tenta fazer é substituir as funções do Congresso. O programa econômico que deseja aplicar é o mesmo da última ditadura militar. Teríamos que retroceder até 1976 para encontrar antecedentes de mudanças com a profundidade pretendida por este governo", comentou Aguiar.



ATE

Ainda de acordo com o líder sindicalista, estão colocadas todas as condições para uma greve geral. "Esperamos que as três entidades de trabalhadores unifiquem suas posturas e convoquem essa paralisação que permita colocar um freio, nas ruas, a esse 'ajustão' do governo", disse Aguiar. "Amanhã, na nossa Jornada Nacional de Luta, todos os sindicatos vão deliberar, em seus corpos orgânicos, e começaremos a pensar na possibilidade de

unificar uma data para levar adiante uma medida de força geral."

Para Romina Del Plá, deputada pelo Partido Obrero (oposição), a decisão de Milei de cancelar os contratos temporários de trabalhadores do Estado "é uma nova demonstração de que o ajuste se descarrega sobre os funcionários públicos de forma violentíssima". "A precariedade trabalhista é um dos grandes problemas de todos os últimos governos, inclusive

peronistas, que mantiveram os trabalhadores em uma situação completamente precária", disse ao **Correio**. Ela defende um imediato plano de luta para servidores e servidoras estatais.

Leis complementares

Ontem, o Congresso argentino iniciou sessões extraordinárias convocadas por Milei para debater leis complementares ao decreto de

desregulação econômica criticado pela oposição e centrais sindicais que pedem à Justiça que o declare inconstitucional. "Os deputados e senadores deverão escolher entre acompanhar a mudança votada pela população ou continuar obstruindo", declarou o porta-voz presidencial, Manuel Adorni. Até 31 de janeiro, o Congresso debaterá o pacote complementar com reformas impositivas, legislação eleitoral e funções do Estado.

DEFESA

Adem Altan/AFP



Fuat Oktay, deputado turco: sinal verde para a adesão

Suécia mais perto da Otan

A Comissão das Relações Exteriores do Parlamento turco aprovou o protocolo de adesão da Suécia à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) após 19 meses de suspensão, informou à agência France-Press (AFP) o deputado Utku Cakirozer, do partido opositor CHP. Depois dessa decisão, o protocolo deverá ser votado em plenário na Assembleia Nacional, embora ainda não se saiba a data dessa votação.

Contando com maioria de aliados na Assembleia, o presidente Recep Tayyip Erdogan levantou em julho seu veto à adesão da Suécia, depois de Estocolmo tomar certas medidas contra grupos curdos considerados "terroristas" por Ancara. "Estamos felizes por podermos nos tornar um país-membro da Otan", disse o ministro das Relações Exteriores da Suécia, Tobias Billström, em declarações à rede SVT Nyheter.

Com a Hungria, a Turquia é o último dos 31 Estados-membros da Otan que ainda não havia ratificado a adesão da Suécia. Há dez meses o país vinha multiplicando suas exigências para dar seu aval. Inicialmente, o governo de Erdogan tinha condicionado essa discussão ao endurecimento, por parte da Suécia, de sua política em relação aos refugiados curdos e, depois, à aprovação americana de Ihe vender caças F-16.

A Suécia apresentou sua candidatura à aliança transatlântica ao mesmo tempo em que a Finlândia — admitida em abril —, após a invasão russa à Ucrânia, em fevereiro de 2022. O governo turco havia criticado as autoridades do país nórdico por sua "clemência" com os militantes curdos refugiados em seu território, exigindo a extradição de dezenas deles.

"Observamos uma mudança na política da Suécia, em algumas decisões adotadas pelos tribunais", disse Fuat Oktay, deputado do AKP (partido da situação) e presidente da Comissão de Relações Exteriores do Parlamento, em entrevista ao canal privado NTV. "Ainda tínhamos alguns pedidos para continuarmos avançando" na luta contra o terrorismo, acrescentou, sem dar mais detalhes.

O Parlamento turco iniciou, em novembro, a análise do protocolo de adesão da Suécia à Otan, pendente desde maio de 2022, mas as discussões foram adiadas. No início de dezembro, Erdogan acrescentou como condição para a ratificação da adesão da Suécia a aprovação "simultânea", por parte do Congresso americano, da venda de aviões F-16 para a Turquia. O país tenta obter sinal verde dos EUA para a venda desses caças, considerados necessários para modernizar sua Força Aérea. O governo do presidente Joe Biden não se opõe a essa venda, mas o Congresso bloqueou-a, até o momento, por razões políticas, como violações dos direitos humanos na Turquia, ou tensões com a Grécia.

FAIXA DE GAZA

ONU nomeia coordenadora humanitária

A Organização das Nações Unidas (ONU) nomeou uma ministra holandesa como coordenadora humanitária para Gaza, após a resolução do Conselho de Segurança na semana passada que solicitava o envio "imediato" e "em larga escala" de ajuda ao território palestino. "O secretário-geral, António Guterres, anunciou o nome de Sigrid Kaag, dos Países Baixos, como Coordenadora Superior Humanitária e de Reconstrução para Gaza", informou a ONU por meio de um comunicado.

A nomeação de Kaag, ministra das Finanças do governo holandês em fim de mandato, ocorre em um momento em que a população de Gaza enfrenta uma grave emergência humanitária. A ajuda foi reduzida ao mínimo devido aos contínuos bombardeios de Israel a essa faixa costeira densamente povoada. Ela começará a trabalhar em 8 de janeiro, conforme anunciado pela ONU.

Kaag "facilitará, coordenará, supervisionará e verificará a entrega de ajuda humanitária a Gaza" e também será responsável por "estabelecer um

mecanismo da ONU para agilizar a entrega de ajuda humanitária a Gaza por meio de Estados que não façam parte no conflito", declarou o porta-voz de Guterres no comunicado.

Kaag é vice-primeira-ministra e ministra das Finanças dos Países Baixos desde janeiro de 2022. Anteriormente, ocupou vários cargos de alto nível na ONU, incluindo o de coordenadora especial para o Líbano e a Organização Conjunta para a Proibição das Armas Químicas e a Missão das Nações Unidas na Síria. A resolução do Conselho de Segurança da ONU da semana passada pedia "o fornecimento seguro e sem obstáculos de ajuda humanitária em larga escala", mas não exigia o fim imediato dos combates.

"Desradicalização"

Israel prosseguiu com os bombardeios na Faixa de Gaza, depois de anunciar que pretende intensificar ainda mais sua ofensiva, até

Mahmud Hams/AFP



Corpos de palestinos são enterrados em cova coletiva de Rafah (sul)

"desmilitarizar" e "desradicalizar" o território palestino governado pelo movimento islamista Hamas. Em Khan Yunis, no sul de Gaza, era possível observar a fumaça provocada pelos bombardeios. Segundo o Ministério da Saúde de Hamas, 30

corpos de vítimas de bombardeios foram levados nas últimas 24 horas para o Hospital Nasser, nessa localidade. O Exército israelense anunciou que visou, nas últimas horas, a mais de 100 alvos, incluindo acessos a túneis e posições militares do

Hamas, em particular em Jabalia, no norte, e em Khan Yunis.

"O Hamas deve ser destruído, Gaza deve ser destruído, e a sociedade palestina deve ser desradicalizada. Esses são os três requisitos para a paz entre Israel e seus vizinhos palestinos em Gaza", escreveu o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, em um artigo publicado no *Wall Street Journal*. O chefe do Estado-Maior do Exército de Israel, Herzl Halevi, afirmou que a guerra "continuará por vários meses" e que Israel buscará "preservar (seus) ganhos por muito tempo".

As Forças de Defesa de Israel desenvolveram 80 corpos de palestinos mortos, depois que os removeu de valas comuns e necrotérios do território palestino para comprovar que não se tratavam de reféns israelenses, indicaram as autoridades de Gaza. Após recuperarem os corpos, responsáveis locais do território palestino os enterraram em uma vala comum em Rafah, no sul da Faixa de Gaza, constatarem jornalistas da AFP.